

## OS EFEITOS DA TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE-GO

Mainara da Costa Benincá<sup>1</sup>  
Evandro Cesar Clemente<sup>2</sup>

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar as consequências da territorialização do agronegócio no município de Rio Verde-GO, buscando compreendermos efeitos nos âmbito social, ambiental e econômico. Para tal, realizou-se primeiramente um levantamento teórico em torno da questão agrária brasileira e, posteriormente, a aquisição de dados secundários junto ao IBGE e de dados de fonte primária por meio de coletas a campo, com a realização de entrevistas com proprietários rurais e secretários da administração municipal. Verifica-se que a expansão do agronegócio no Sudoeste de Goiás provocou uma reconfiguração territorial nos espaços rurais e urbanos, sendo Rio Verde, um dos municípios em que tais efeitos se manifestam de modo fortemente pronunciado. Observou-se que a proposta de tecnificação das atividades agrícolas foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, intensificando as desigualdades socioespaciais e as diferentes disputas territoriais locais.

**Palavras-chave:** Agronegócio, Territorialização, Cerrado.

### Introdução

A territorialização do processo de modernização da agricultura brasileira, ou do chamado “agronegócio brasileiro”, foi o responsável por intensificar os problemas de ordem socioeconômica, ampliando as desigualdades sociais entre a população rural, de modo a marginalizar e até mesmo expropriar os pequenos proprietários de suas terras, como também ampliar os impactos ambientais, frutos das diferentes atividades predatórias implementadas no campo. Segundo Clemente (2011), as ações e políticas dos países desenvolvidos voltadas para os subdesenvolvidos, não conseguiram concretizar os objetivos esperados, aprofundando as desigualdades e impondo valores e padrões culturais do mundo ocidental, disseminando o padrão consumista.

---

<sup>1</sup> Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. E-mail de contato: mainaracosta@gmail.com

<sup>2</sup> Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. E-mail de contato: evandroclemente@gmail.com

O modelo de modernização elaborado para as atividades agropecuárias brasileiras, foram baseadas em políticas setoriais, homogeneizando os espaços e priorizando assim, as elites do país. No caso da agricultura, pensou-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção ou seja na substituição das técnicas “modernas”, porém, ao mesmo tempo em que ocorreu o progresso técnico na agricultura, modificou-se também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção (GRAZIANO NETO, 1986).

Essa não foi a realidade brasileira, tendo em vista que prevaleceram as lógicas de reprodução do capital por meio da elevação da produtividade e de políticas públicas setoriais, direcionadas aos grandes proprietários de terras. Um modelo de modernização deveria ser baseado na perspectiva territorial, para atender a complexidade do rural brasileiro e consequentemente reduzir a alta concentração fundiária do país.

Surgiram desse modo, preocupações perante essa política desenvolvimentista, ou mesmo ao colapso ambiental advindos da agricultura dita “moderna”, que faz uso intenso de produtos químicos de forma indiscriminada, utilizando-se também de forma elevada de um dos bens mais importantes para a manutenção da vida no planeta, a água. Partindo desses pressupostos o presente trabalho tem como objetivo analisar as consequências da territorialização do agronegócio no município de Rio Verde-GO, na compreensão dos reflexos nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. Para tal, realizou-se primeiramente um levantamento teórico em torno da questão agrária brasileira e, posteriormente a aquisição de dados de fonte secundária junto ao IBGE e dados de fonte primária por meio de coletas a campo, com aplicação de formulários e realização de entrevistas com produtores rurais e secretários da administração municipal.

A expansão do agronegócio no Sudoeste de Goiás provocou uma reconfiguração territorial, sendo Rio Verde um dos municípios do estado de Goiás, com maior identificação dessas mudanças. A população concentra-se em grande maioria das áreas urbanas, perfazendo 93%, sendo que a rural apenas 7% (IBGE, 2010). Infere-se que a forte urbanização constatada num município que tem uma economia bastante ligada à agricultura e ao setor agroindustrial gera, aparentemente, certo paradoxo. De fato, as políticas públicas voltadas para fomento da produção em grande escala de monoculturas voltadas para a agroindústria com intenso uso de insumos químicos e mecanização, gerou processos produtivos que poupam significativa quantidade de mão de obra humana, impulsionando a migração de campo para cidade, na busca por condições de sobrevivência.

Esse processo reforçou a concentração de terras no município, intensificou as desigualdades e consolidou o processo hegemônico do agronegócio nas relações produtivas. No que tange os aspectos ambientais, a questão da água no Cerrado vem se tornando preocupante, tendo em vista que o município conta hoje com uma população elevada, cerca de 212 mil habitantes (IBGE, 2016) e é sede de um complexo agroindustrial de grande porte, que sem ações mitigadoras, vem contribuindo para o comprometimento da qualidade dos recursos hídricos locais.

### **A territorialização do agronegócio no Cerrado Goiano**

O Cerrado Goiano foi considerado a partir da década de 1970 como o “novo celeiro” agrícola do Brasil, consolidando o chamado agronegócio no planalto central do país. Esse processo se deu com base em políticas advindas de países desenvolvidos, em direção aos países subdesenvolvidos, com o objetivo de levar até os mesmos, o desenvolvimento, porém, as mesmas intensificaram a pobreza, a concentração de renda e impuseram um padrão de consumo baseado nos moldes de países ocidentais (CLEMENTE, 2011).

Quando se fala em “modernização da agricultura” pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas “modernas”: o burro pelo trator, o estume pelo adubo químico, a enxada pelo arado, porém, modernização significa muito mais que isso. Ao mesmo tempo em que ocorre o progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não somente as técnicas) de produção (GRAZIANO NETO, 1986).

Essa não foi a realidade brasileira, tendo em vista que prevaleceram as lógicas de reprodução do capital por meio da elevação da produtividade e de políticas públicas setoriais, direcionadas aos grandes proprietários de terras. De acordo com Locatelli (2004), o processo de territorialização da modernização da agricultura brasileira não foi um elemento homogeneizador das condições técnicas, econômicas e sociais, o que ocorreu foi a intensificação das desigualdades já existentes e uma queda significativa nas condições de vida dos pequenos proprietários de terra.

Essas desigualdades promoveram as diferentes disputas territoriais, principalmente quando analisamos a situação do rural brasileiro. O território, segundo Souza (1995, p.78) é compreendido como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, nesse

contexto, pensar a territorialização da agricultura capitalista é considerar as divergências de classes, principalmente a relação entre os grandes, pequenos produtores rurais e até mesmo trabalhadores rurais sem terra.

Para Raffestin (1993) o espaço é anterior ao território, sendo que este só se concretiza com uma ação conduzida por um ator, quando o mesmo se apropria do espaço, nesse caso “territorializando” o espaço, transformando-o em um território. Pode-se afirmar que a agricultura “moderna” territorializou-se no campo brasileiro, não de forma homogênea, estabelecendo assim uma hegemonia perante as demais atividades e beneficiando a elite brasileira.

O período da chamada “Revolução Verde” consolidou esse processo de territorialização, marcado pela forte ação de políticas públicas para o fortalecimento da produção de *commodities* agrícolas de modo a atender, sobretudo, o mercado externo.

O pacote tecnológico da chamada “revolução verde” foi amplamente veiculado por empresas multinacionais americanas após a II Guerra Mundial, sob o argumento de que o emprego de técnicas modernas propiciaria o substancial incremento da produção e da produtividade agrícolas, eliminando assim, o problema da fome. Nesta formulação não se considerou que a fome não deriva da escassez de alimentos, mas sim da maneira como são estabelecidas as relações econômicas entre os países e no interior de cada país (HESPANHOL, 2007, p. 3)

O Brasil se inseriu neste cenário de forma mais expressiva na década de 1950 com o objetivo de elevar a produtividade agrícola, tecnificar as atividades rurais, transformando o rural considerado “arcaico” em um rural “moderno”. Como consequências dessa “modernização do rural brasileiro” identificou-se uma alta concentração da propriedade da terra, uma elevada dependência de capital externo e um expressivo número de trabalhadores sem-terra.

O Cerrado brasileiro foi o novo celeiro agrícola do país a partir de 1970, concretizando a territorialização do chamado “agronegócio”. Alguns programas específicos impulsionaram esse processo, como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) criado em 1975 com o intuito de modernizar as atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste e de Minas Gerais e o PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados) com empréstimos fundiários do Governo japonês (PEDROSO, SILVA, 2005).

Tais incentivos proporcionaram uma mudança de ordem econômica e territorial na região, pois era chegado o momento de promover o “desenvolvimento” no interior goiano. Mudanças essas que permeiam a ordem social e ambiental, tendo em vista que alteraram as

relações de trabalho, o uso dos recursos naturais e o modo de vida dos sujeitos. Em relação à questão ambiental, a “moderna” forma de produção tem gerado resultados deletérios, como os sucessivos danos que vêm sendo causados no Domínio de Cerrados, associados à ocupação e ao uso intensivo de mecanização e de insumos químicos de forma indiscriminada, ocorrendo muitas vezes com técnicas inadequadas de manejo dos solos.

O Cerrado, um bioma rico em biodiversidade, passou a ser alvo da exploração agrícola em função do avanço e desenvolvimento de técnicas que passaram a corrigir a acidez dos solos, atraindo os complexos agroindustriais e conseqüentemente propiciando uma nova reorganização produtiva no uso e apropriação do território (CALAÇA; DIAS, 2010).

A ampliação do uso das técnicas agrícolas “modernas” na região intensificou a concentração fundiária, com propriedades altamente mecanizadas, baseadas em monoculturas e na homogeneização da paisagem geográfica. Atualmente a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás é uma das maiores produtoras agrícolas do país, abrigando principalmente atividades dos complexos de grãos e de carnes. Segundo o IBGE (2015), essa Microrregião foi a segunda maior produtora de milho do país (9.483.548 toneladas - 1ª e 2ª safra) e a terceira de soja (8.595.672 toneladas).

Nas áreas de Cerrados prevalecem as grandes propriedades, em função principalmente de incentivos governamentais que configuraram uma política agrícola e agrária de viés concentrador e marginalizador, formando propriedades com alto padrão econômico e tecnológico (RIBEIRO, 2005). Essas unidades produtivas se baseiam no uso intensivo e indiscriminado de agroquímicos, fertilizantes e água, comprometendo a qualidade das águas superficiais, devastando a cobertura florestal e degradando a estrutura física dos solos.

A natureza se converteu num problema ético; tão degradada está por ações humanas que nossa relação com ela transformou-se em questão decisiva, que afeta as condições de vida sociais e a possibilidade de sobrevivência futura da espécie e clama por uma nova ética de responsabilidade, informada por um saber que ilumine as conseqüências deliberadas da ação humana (DUPAS, 2008, p 23.).

Podemos atribuir grande parte dessa situação ambiental à agricultura capitalista que faz uso de produtos químicos de forma indiscriminada, utilizando-se também de forma intensa e muitas vezes inadequada de um dos bens mais importantes para a manutenção da vida no planeta, a água. Esse bem é constantemente exportado de modo indireto, pois os alimentos e produtos industrializados utilizam grande quantidade de água no seu processo produtivo, sendo necessários por exemplo, 1.650 litros de água para produzir um quilo de soja, 1.900 litros de

água para produzir um quilo de arroz, 15.000 litros de água para produzir um quilo de carne bovina (DUPAS, 2008).

Desse modo, identifica-se um comprometimento da qualidade da água, afetadas pela predatória ação do ser humano. “É necessário estabelecer a proteção da vegetação e dos solos que possibilitam os fluxos de água, sua forma natural de movimentação e de filtração e, ao mesmo tempo, definir as finalidades mais importantes (as prioridades) e os limites de uso” [...] (CHRISTOFIDIS, 2006, p.5)

Nesses aspectos podemos abordar a situação atual do Domínio de Cerrados, sendo ele fortemente ameaçado pela expansão das atividades agropecuárias no Centro-Oeste brasileiro. Segundo Mazzetto Silva (2009), os Cerrados brasileiros constituem uma fisionomia de savana única no planeta, representando hoje cerca de 5% da biodiversidade planetária, composto por um conjunto vegetacional que predomina no (e caracteriza o) domínio morfoclimático e fitogeográfico dos chapadões recobertos de Cerrado.

A região dos Cerrados constitui um grande mosaico de paisagens naturais dominado por diferentes fisionomias de savanas estacionais sobre solos profundos e bem drenados das chapadas (os cerrados), ocupando mais de 2/3 das terras, que são recortadas por estreitos corredores de florestas mesofíticas perenifólias ao longo dos rios (as matas de galeria) ladeados por savanas hiperestacionais de encosta (os campos úmidos) ou substituídos por brejos permanentes (as veredas) (DIAS, 1996 apud MAZZETTO, 2009, p.17).

Apesar da intensa biodiversidade que o mesma apresenta, o que se tem percebido é a forte ocupação predatória nas últimas décadas, associada ao crescimento urbano e ao estabelecimento de atividades agrícolas na região, comprometendo a manutenção e o equilíbrio desse domínio morfoclimático.

Além da biodiversidade do Cerrado, populações tradicionais, agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, remanescentes de quilombos, dentre outros, estão ameaçados por esse modelo concentrador, homogeneizador e marginalizante. Essa realidade se faz presente em vários municípios do Sudoeste de Goiás, de forma específica a presente proposta busca analisar a realidade do Município de Rio Verde.



## As consequências do agronegócio no Município de Rio Verde-GO

Dois municípios do Sudoeste de Goiás foram alvos dos maiores investimentos para a inserção das monoculturas, que foram Jataí e Rio Verde. De forma específica, trataremos das consequências da territorialização do agronegócio no Município de Rio Verde, grande produtor de monoculturas do estado (IBGE, 2006).

O Município de Rio Verde está localizado na Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, cujas coordenadas geográficas são: latitude 17°45'57"S e longitude 51°02'05"W, e altitude de 838 m, com um clima apresentando duas estações bem definidas: uma seca (de maio a outubro) e outra úmida (de novembro a abril) com a temperatura média mensal anual entre 20 °C e 25 °C (FERREIRA, 2010).

A morfologia do relevo é uma característica importante, estando o município assentando no Planalto Central, que tem nas suas formas grandes áreas de relevo plano e suavemente ondulado, convencionalmente chamadas por chapadas, sendo essas fundamentais para a implantação do processo de mecanização da agricultura no Município de Rio Verde, (PEIXINHO, 2006).

Em relação a população, Rio Verde possui 217.048 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Essa população se caracteriza por ser em grande maioria urbana, sendo que 92.7% dos habitantes são urbanos e 7.3% são rurais (IBGE, 2010). A tabela 01 indica o processo intenso de urbanização do município a partir de 1970.

Tabela 01- População residente, por sexo e situação do domicílio no Município de Rio Verde-GO

Situação do domicílio	Ano											
	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	2017*	
<b>Total</b>	55.697	100	74.699	100	96.309	100	116.552	100	176.424	100	217.048	
<b>Urbana</b>	26927	48,3	55541	74,4	84142	87,4	106.079	91	163.540	92,7	S/D	
<b>Rural</b>	28770	51,7	19158	25,6	12167	12,6	10473	9	12884	7,3	S/D	

\* População estimada 2017.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Org. BENINCÁ (2017)

De acordo com os dados do Quadro 01 verifica-se que de 1970 a 1980 a população urbana cresce em um ritmo muito elevado, praticamente duplicando seus valores de 26.927 para 55.541 habitantes. O elevado e rápido crescimento da população urbana em relação a população

rural, que por sua vez, apresenta um decréscimo, está associado ao processo de inserção do município na produção de monoculturas, de modo a atender o mercado externo e pela instalação de unidades agroindustriais, que proporcionaram maiores oportunidades de emprego na cidade.

De acordo com Pedroso e Silva (2005), o rápido crescimento populacional, fruto de uma propaganda desenvolvimentista, se apresentam como um dos agravantes na questão ambiental e social do município. Esse crescimento desordenado é a causa dos intensos problemas urbanos das cidades do agronegócio brasileiro, tendo em vista a ausência de planejamento público e consequentemente a inadequada infraestrutura das cidades.

A urbanização é um fenômeno crescente em Rio Verde, dado o número de novos loteamentos consolidados e aos que ainda estão em fase de projetos, aguardando a aprovação do Governo Municipal. Na Foto 01 é possível visualizar o processo de competição que existe entre áreas de lavouras e de expansão de loteamentos urbanos, além da presença de plantas de unidades agroindustriais de grande porte. Isso tem contribuído para o comprometimento da qualidade da água na Microbacia do Ribeirão Abóbora.



**Foto 01. Outdoor de novo loteamento na área urbana de Rio Verde (esquerda) e lavoura de milho (direita), comprometendo a qualidade da Microbacia do Ribeirão Abóbora.  
 Fonte: Trabalho de Campo BENINCA (2017).**



A Microbacia Ribeirão Abóbora é a principal fonte de abastecimento de água do Município de Rio Verde, bem como das unidades industriais, como a BRF – Brasil Foods e ainda é a principal fonte de água do Município de Santa Helena de Goiás - GO (ALVES, 2016). O Ribeirão Abóbora está ameaçado pelas atividades agrícolas e industriais locais, bem como pela especulação imobiliária que compromete a manutenção da vegetação e a qualidade hídrica da microbacia.

Decorrente destas ameaças e da mobilização de proprietários de terras da Microbacia Ribeirão Abóbora, em 28 de outubro de 2011, Rio Verde foi contemplado com o programa da Agência Nacional das Águas (ANA) intitulado “Produtor de Água”, sendo o mesmo implantado e regulamentado pela Lei Municipal número 6.033/2011, promulgada com amparo no artigo 30, incisos I e II da Constituição Federal (MERIDA, 2014).

O programa Produtor de Água tem como objetivo reverter a situação de alta degradação ambiental, apresentando medidas mitigadoras para os problemas ambientais em diversas áreas brasileiras. De acordo com ANA (2012), o programa é um instrumento pelo qual a União apóia a melhoria, a recuperação e a proteção de recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas, tendo como base ações executadas no meio rural voltadas à redução da erosão e do assoreamento de mananciais, de forma a proporcionar o aumento da qualidade da água e a tornar regular sua oferta.



**Foto 02: Placa do Programa Produtor de Água na Microbacia Ribeirão Abóbora no município de Rio Verde-GO**

**Fonte: Trabalho de Campo BENINCA (2017)**

O programa é um dos exemplos de ações em prol da recuperação de áreas degradadas, da conservação dos solos e de pagamento por serviços ambientais. Ele se apresenta como uma alternativa diante da ausência de políticas públicas direcionadas a agricultores familiares e ao intenso uso de produtos químicos que compromete a qualidade dos mananciais do município. Assim, por prever ações tanto na esfera ambiental quanto na socioeconômica, considera-se que seus objetivos e diretrizes sejam relativamente avançados.

A agricultura nos moldes capitalistas caracterizam as atividades rurais de Rio Verde, sendo um importante produtor de arroz, soja, milho, algodão e sorgo. O Município também possui um importante plantel bovino, avícola e suíno, que o consolida como um dos principais pólos agroindustriais de Goiás, pela forte interrelação entre os segmentos produtivos da agropecuária e da agroindústria, com emprego de novas tecnologias, que, de certo modo, têm tornado esta relação bastante competitiva (ALMEIDA, 2014).

É considerado o polo agropecuário do estado e tem ampliado de forma significativa o polo industrial, sendo sede de importantes indústrias: BRF Brasil Foods (Perdigão, Sadia e

Qualy), Grupo Orsa, Grupo Cereal, Cereal Ouro, Videplast, Brasilata, Grupo Tec Agro, Grupo Décio, Kowalski, COMIGO, Marfrig, Refrigerantes Rinco, entre muitas outras (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE, 2017).

Em relação a estrutura fundiária, Rio Verde é um município com alta concentração de terras, sendo que dos 2.257 estabelecimentos agropecuários, 127 desses possuem 55,2% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município e os demais 2.130, possuem 44,8% da área dos estabelecimentos (Tabela 02).

Tabela 02. Estrutura fundiária do Município de Rio Verde-GO – Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)		
Município - Rio Verde (GO)			Município - Rio Verde (GO)		
Ano – 2006			Ano - 2006		
Grupos de área total	Número	%	Grupos de área total	Número	%
Total	2257	100	Total	621677	100
De 1 a menos de 20 ha	565	25,0	De 1 a menos de 20 há	5.400	0,9
De 20 a menos de 50 há	562	24,9	De 20 a menos de 50 há	19.526	3,2
De 50 a menos de 100 ha	318	14,1	De 50 a menos de 100 há	23.123	3,7
De 100 a menos de 200 ha	254	11,2	De 100 a menos de 200 há	36227	5,8
De 200 a menos de 500 ha	267	11,8	De 200 a menos de 500 há	86987	14
De 500 a menos de 1000 ha	154	6,8	De 500 a menos de 1000 ha	106962	17,2
De 1000 a menos de 2500 ha	100	4,4	De 1000 a menos de 2500 ha	149750	24
De 2500 ha e mais	27	1,2	De 2500 ha e mais	193692	31,2
Produtor sem área	10	0,5	Produtor sem área	0	0

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Org. BENINCA (2017).

As políticas setoriais produtivistas predominam no município, disseminando o agronegócio de soja e de milho nas áreas cultiváveis, sendo que a área plantada de soja no Município no ano de 2015 foi de 310.000 ha e de milho 219.000 ha (IBGE, 2015). De acordo com os dados apresentados na tabela 03, verifica-se a elevada área plantada de lavouras temporárias de monoculturas, com destaque para a produção de soja, milho, cana-de-açúcar e sorgo.

Tabela 03: Área plantada da produção das lavouras temporárias de Rio Verde - GO

Variável - Área plantada (Hectares)	
Município - Rio Verde (GO)	
Ano - 2015	
Produto das lavouras temporárias	
Algodão herbáceo (em caroço)	550
Arroz (em casca)	100
Cana-de-açúcar	31.000
Feijão (em grão)	3400
Girassol (em grão)	300
Mandioca	130
Melancia	300
Milho (em grão)	219.000
Soja (em grão)	310.000
Sorgo (em grão)	20000
Trigo (em grão)	600
Total	585.380

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Org. BENINCÁ (2017)

De acordo com o Secretário da Agricultura, Rio Verde é carente de frutas, legumes e verduras, devido à falta de incentivos ao pequeno produtor, sendo uma das metas da administração atual a adesão à políticas que atendam essa classe, promovendo assim, uma diversificação das atividades rurais.

O Município possui nove assentamentos de reforma agrária com um total de 376 famílias assentadas (INCRA, 2017), sendo um desafio a produção dentro dos mesmos, pela carência de políticas públicas e assistência técnica destinadas a esses agricultores familiares. O Secretário da Agricultura relata a falta de incentivos por parte do Governo Federal, Estadual e Municipal para com esses assentados, apresentando assim durante sua gestão, a necessidade de fortalecer a produção nesses assentamentos, para reduzir a dependência de produtos de outros municípios e fortalecer os agricultores familiares.

Portanto, a territorialização do agronegócio no município de Rio Verde criou uma “modernização marginalizadora”, frutos das políticas desenvolvimentistas aderidas pelo Brasil pós Segunda Guerra Mundial, reestruturando os territórios e gerando impactos imediatos na organização produtiva, aprofundando as disparidades sociais, econômicas e comprometendo os recursos naturais do Cerrado Goiano

Pode-se afirmar que o pacote tecnológico da revolução verde levou ao agravamento da concentração fundiária em Rio Verde, pela alta utilização de agrotóxico, o que tem redundado



na contaminação dos solos e dos cursos fluviais, além do comprometimento da biodiversidade do Cerrado Goiano.

É nesse contexto que surgem novas preocupações perante essa política desenvolvimentista, atribuindo-se grande parte desse colapso ambiental à agricultura capitalista. Como salienta Ehlers (1999), a intensa mecanização associada ao uso de agrotóxicos tornaram frequentes as contaminações de trabalhadores, de recursos hídricos, dos solos e das cadeias alimentares.

As consequências desse padrão produtivo permeiam vários aspectos, tanto em âmbito social, econômico quanto ambiental, sendo o último um dos focos da presente abordagem. De acordo com Buarque (2008), esse modelo de crescimento tem ameaçado a conservação e a reprodução dos recursos naturais, apresentando assim, uma insustentabilidade ambiental, econômica, política e social, devido à profunda desigualdade na distribuição de riqueza e da qualidade de vida.

A geração de renda deve ser acompanhada de políticas públicas que incentivem o pequeno produtor e, é nesse sentido, que além das práticas preservacionistas, deve haver ações e políticas visando garantir a reprodução social e a permanência, no campo.

### **Considerações finais**

A territorialização da agricultura capitalista no Cerrado Goiano é compreendida hoje com um processo extremamente homogeneizador e concentrador de riquezas, levando a uma marginalização dos agricultores familiares e ao mesmo tempo de um uso excessivo dos recursos naturais, comprometendo a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos locais.

No caso de Rio Verde, identifica-se que essa proposta de “modernização das atividades agrícolas” foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, intensificando as desigualdades socioespaciais e as diferentes disputas territoriais.

Os efeitos dessa proposta devem ser pensados e medidas mitigadoras precisam ser implantadas diante da situação atual do Município. As pressões exercidas pelos loteamentos tem gerados efeitos deletérios sobre a Bacia do Ribeirão Abóbora, bem como o intenso uso de produtos químicos, das lavouras. É preciso tomar medidas no tratamento de efluentes e resíduos industriais, de modo a garantir a qualidade da água na bacia do Abóbora, tendo em vista a



elevada população urbana e a alta concentração de indústrias, que fazem uso principalmente da água.

Quando analisada a questão agrária, medidas baseadas no fortalecimento dos agricultores familiares, também devem ser pensadas, para uma melhor distribuição da renda e conseqüentemente uma maior qualidade de vida desses sujeitos. Quanto a utilização dos recursos naturais, é necessário buscar a recuperação das áreas degradadas de Cerrado e para evitar aprofundar essas mazelas ambientais, é preciso adotar um manejo menos degradante dos recursos naturais aliado a um padrão produtivo agrícola menos predatório.

A necessidade por um caráter menos produtivista e mais voltado para um desenvolvimento rural sustentável passou a ser pensado nos anos de 1990, diante do “fracasso” das fases de modernização agrícola. Tentativas em prol de um desenvolvimento pensado nos âmbitos econômicos, sociais, ambientais e culturais devem ser pensadas com o intuito de minimizar os impactos relacionados a fome, a marginalização social, os impactos ambientais e a intensa desigualdade social do Brasil.

### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F. B. **Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento sustentável**. Metodologia de planejamento. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- CALAÇA, M.; DIAS, W. A. A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. **Campo Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.5, n.10, p. 316, ago. 2010.
- CHRISTOFIDIS, D. **Água: gênese, gênero e sustentabilidade alimentar no Brasil**. Brasília, [s.n.], 2006. 18 p. Disponível em:  
 <<http://www.comiteibicui.com.br/artigos/Agua%20Genesis,%20genero%20e%20sustentabilidade%20alimentar%20no%20Brasil.pdf>> Acesso em 15 de abr. 2016.
- CLEMENTE, E. C. **O Programa de microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP**. 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- DUPAS, G. **Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. 298 p.

FERREIRA, W. S. Cultivo do milho e da soja em sucessão as culturas de safrinha em Rio Verde-GO. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal). 2010. 67 f. Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO, 2010.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 156 p.

HESPANHOL, A. N. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. In: MARAFON, M.J.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p.179-198.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

LACERDA JÚNIOR, B. **Territórios e política públicas espaciais do agronegócio no Município de Rio Verde – GO**. 2011. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto Socioambiental da Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, 2011. 265f.

LOCATEL, C. D. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das Microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP**. Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente: 2004.

MAZZETTO SILVA, C. E. **O Cerrado em disputa**: apropriação global e resistências locais. Serie pensar o Brasil e construir o futuro da nação. Brasília: Confea, 2009. 264 p.

PEDROSO, I. L. P. B.; SILVA, A. R. P. da. O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde – GO. In: **REVISTA CAMINHOS DA GEOGRAFIA** – UFU/Uberlândia – p. 20-27, 2005.

PEIXINHO, D. M. **A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos**: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). Tese de doutoramento em Geografia, Rio de Janeiro: UFRJ/ CCMN/Depto de Geografia, 2006, 208 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE. Disponível em: <<http://www.rioverde.go.gov.br/>> Acesso em: 03 ago. 2017.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, D. D. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás**: do bônus econômico ao ônus socioambiental. 2005. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SOUZA, Marcelo J.L. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1995. pp.77-116